## STJ00084043

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo 1. Evolução Histórica	1
1.1. Considerações sobre a inexistência de vacatio legis	10
1.2. A repressão de atos abusivos de autoridade no direito comparado	10
Capítulo 2. Conceito	13
Capítulo 3. Natureza Jurídica	15
Capítulo 4. Condições da Ação	17
4.1. Legitimidade das partes	20
4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança	20
4.1.2. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança	24
4.1.3. Ministério Público	29
4.1.4. Litisconsórcio	30
4.1.5. Intervenção de terceiros	33
4.1.6. Amicus curiae	35
4.1.7. Terceiro prejudicado e substituição processual	35
4.2. Possibilidade jurídica do pedido	36
4.3. Interesse de agir	37
4.3.1. Atos administrativos	39
4.3.2. Atos judiciais	40
4.3.3. Atos legislativos e lei em tese	42
4.3.4. Proposta de emenda constitucional	44
4.3.5. Lei inconstitucional	45
4.4. Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder	46
4.4.1. Ato disciplinar	48
4.4.2. Ato de dirigente de estabelecimento particular	49
4.4.3. O mandado de segurança e os atos de gestão na nova Lei n. 12.016/2009	50
4.4.4. O cabimento do Mandado de Segurança contra omissão nos casos em que se	
admite interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo	52
Capítulo 5. Competência	53
5.1. Generalidades	53
5.2. Definição da competência no Mandado de Segurança	54
5.3. Competência originária	54
5.4. Competência recursal e recurso ordinário	57

Capítulo 6. Aspectos Procedimentais.....

6.1. Fase postulatória....

6.2. Requisitos da petição inicial .....

6.3. Desistência do Mandado de Segurança.....

59

59

61

63



	razo para o ajuizamento da ação mandamental
6	.4.1. Prazo para o Mandado de Segurança contra omissão na nova Lei n. 12.016/2009
6	.4.2. Ausência de prazo para a impetração no caso de pura e simples
	omissão
6	.4.3. Prazo razoável para a prática do ato
6	.4.4. Omissão na prática de atos com prazo previsto em lei
	.4.5. Prazo nos casos de silêncio qualificado
	rovas admitidas
	feios eletrônicos
	itação das partes
	ntecipação da segurança
6.9. C	aução
6.10.	Perda da eficácia da liminar
	Recorribilidade da decisão sobre a liminar
	Suspensão da liminar ou da segurança
	Resposta do réu
	Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de direito público
	,
Capítulo	7. Sentença e Acórdão no Mandado de Segurança
	atureza da sentença
	imites dos efeitos da sentença
	esponsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado
	e Segurança
	oisa julgada
	4.1 Generalidades
	.4.2. Coisa julgada no Mandado de Segurança
,	. 1.2. Colou julgudu ito Muitoudo de oegalunyu
Capítulo	8. Execução
_	eneralidades
8.2. E	xecução no Mandado de Segurança
	.2.1. Execução e pedido declaratório ou constitutivo
	.2.2. Execução para entrega da coisa
	.2.3. Execução de obrigações de fazer e não fazer
_	
Capítulo	9. Recursos
	eneralidades
	ecursos no Mandado de Segurança
	.2.1. O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais
	9.2.1.L. Apelação
9	.2.2. Duplo grau obrigatório de jurisdição
	.2.3. Recurso ordinário constitucional
	2.4. Recurso especial e recurso extraordinário
	2.5. Embargos infringentes
	2.6. Embargos de divergência
	.2.7. Agravo
2	.2. / . /\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\
anítulo	10. Honorários advocatícios – descabimento
Japitaio	10. Honorarios advocaticios — descabilizatio
anítulo	11. Mandado de Segurança Coletivo
	Generalidades
	Condições da ação
	1.2.1 Legitimatio ad causam



11.2.2. Legitimidade ativa no mandamus coletivo	138
11.2.3. A legitimidade dos partidos políticos	140
11.2.4. A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações	141
11.2.5. A Legitimidade do Ministério Público	143
11.2.6. Legitimidade passiva no <i>mandamus</i> coletivo	144
11.3. Interesse de agir	144
11.4. Competência	144
11.5. Aspectos procedimentais	144
11.6. Desistência do pedido	146
11.7. Sentença e coisa julgada	147
11.8. Litispendência entre ação coletiva e ação individual	150
Anexo I – Lei n. 12.016, de 07 de agosto de 2009	156
Anexo II – Quadro Comparativo	159
	1.72
Jurisprudência do Mandado de Segurança – STJ	173
Jurisprudência do Mandado de Segurança – STF	367
Índice Alfabético e Remissivo	463
Índice da Jurisprudência	465
muice da Junsprudencia	